

ALANÇO ANUAL 2018 E PERSPECTIVAS

Dezembro.2018





CENÁRIO INTERNACIONAL



CENÁRIO BRASIL E MINAS



MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2018 foi marcado pelo cenário eleitoral. A profunda recessão econômica recente, que resultou em 14 milhões de desempregados, colocou o Brasil diante de uma das mais importantes eleições da sua história. O elevado nível de incertezas políticas deixou a economia brasileira em compasso de espera. Por outro lado, a sociedade brasileira depositou no seu voto, a esperança de um novo país. Confiamos a gestão pública a candidatos comprometidos com a condução e a remoção dos inúmeros obstáculos que impedem o desenvolvimento econômico e social do país.

Em todos os rankings de competitividade, independente da fonte, o Brasil ocupa uma das piores posições. Quem produz no país convive com uma das maiores cargas tributárias do mundo, e também com um dos mais elevados custos logísticos e de capital. Adicionalmente, o ambiente de negócios brasileiro é marcado pelo excesso de burocracia e pela insegurança jurídica.

Além de todos os fatores acima mencionados, a indústria brasileira ainda arca com um vasto rol de custos regulatórios ocultos. Um exemplo é o custo de conformidade da legislação tributária. As empresas brasileiras gastam quase 12 vezes mais tempo para cumprir com as normas tributárias e trabalhistas locais que os seus concorrentes países membros da OCDE. Na indústria, a despesa com pessoal não ligado à produção chega a quase 40% da despesa total com mão de obra. Os dados sugerem que custos gerenciais, entre eles, as atividades de administração de pessoal e o tempo não trabalhado, elevam o custo de mão de obra em 44,6% do salário bruto. Possivelmente, esses números constituem recordes mundiais! Como podemos competir com empresas de outros países se temos que alocar tantos funcionários a tarefas burocráticas e que não geram riqueza?

Pouca gente se dá conta de como a obtenção de licenças para produzir e gerar empregos é difícil no Brasil. A legislação brasileira de meio ambiente é reconhecidamente rigorosa em relação à média mundial.

Como se vê, são muitos os desafios a serem enfrentados no Brasil. Somam-se aos já citados, a urgência de um forte ajuste fiscal e uma agenda de crescimento da produtividade e de reformas fundamentais, como a da previdência e a tributária.

A boa notícia, é que, a partir de 1º de janeiro, abre-se a oportunidade de ingressarmos em um novo tempo. A sociedade brasileira anseia por esse momento há muitos anos. O resultado eleitoral já se reflete em um dos maiores saltos recentes dos indicadores de confiança de empresários e de consumidores. Anúncios de investimentos voltaram a povoar as páginas de negócios de jornais e revistas.

A eleição de lideranças cujo principal compromisso é o de instalar no país e nos estados uma nova forma de fazer política, de encarar os desafios e de bem gerir os recursos públicos que se originam dos tributos cobrados dos cidadãos e das empresas, resgata a nossa esperança de superação dos desafios e de conquista de um país mais competitivo, socialmente justo, e economicamente desenvolvido. O Sistema FIEMG está preparado para prestar a sua contribuição nessa nova trajetória nacional.

Flávio Roscoe

Presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG)





SUMÁRIO



CENÁRIO INTERNACIONAL

ESTADOS UNIDOS	<u>5</u>
ÁREA DO EURO	<u>7</u>
<u>CHINA</u>	<u>9</u>



CENÁRIO BRASIL E MINAS

ATIVIDADE ECONÔMICA	<u>11</u>
MERCADO DE TRABALHO	<u>19</u>
CRÉDITO	<u>21</u>
FINANÇAS PÚBLICAS	<u>22</u>
<u>INFLAÇÃO E JUROS</u>	<u>23</u>
SETOR EXTERNO	<u>24</u>
CONFIANÇA E EXPECTATIVAS	<u>28</u>
<u>PROJEÇÕES</u>	<u>31</u>



ANÁLISE SETORIAL

AUTOMOTIVO	<u>32</u>
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	<u>33</u>
CONSTRUÇÃO CIVIL	<u>34</u>
INDÚSTRIA EXTRATIVA	<u>35</u>
<u>METALURGIA</u>	<u>36</u>



ANEXO ESPECIAL

CUSTOS REGULATÓRIOS OCULTOS <u>37</u>









SÍNTESE

O ano de 2018 será marcado pela divergência de crescimento entre as maiores economias mundiais. A economia americana crescerá 2,9%, acima do observado em 2017 (2,2%), estimulada pelo impulso fiscal e pela alta confiança dos consumidores e dos investidores. Por outro lado, haverá desaceleração na Área do Euro (2,0% ante 2,4% em 2017) e na China (6,6% contra 6,9%).

Esse desempenho foi consistente com a remoção dos estímulos monetários: elevações paulatinas dos juros nos EUA (1 p.p.) e com a redução progressiva das compras de ativos na Área do Euro. Apesar da piora das condições financeiras associadas a esse movimento (que tende a prejudicar os mercados emergentes), a perspectiva de crescimento mais moderado deve limitar o aperto monetário em 2019, permitindo a manutenção de liquidez elevada nos mercados financeiros.

Por outro lado, a instabilidade política na Europa, a crise argentina, a contínua desaceleração da China e o menor crescimento das trocas comerciais globais constituem um risco de médio prazo que pode prejudicar a atividade no mundo e, particularmente, no Brasil.

	PIB 2017	3,7%
ECONOMIA MUNDIAL	PIB 2018 ^(e)	3,7%
	PIB 2019 ^(e)	3,7%

Até novembro de 2018, os setores industrial e de serviços brasileiros não ganharam tração e ainda foram severamente afetados pela paralisação de caminhoneiros, pelo elevado nível de incertezas eleitorais e por um cenário externo mais desafiador. Com isso, o crescimento do PIB até o terceiro trimestre foi de apenas 1,1%. As projeções do mercado apontam para um crescimento de apenas 1,3% no ano.

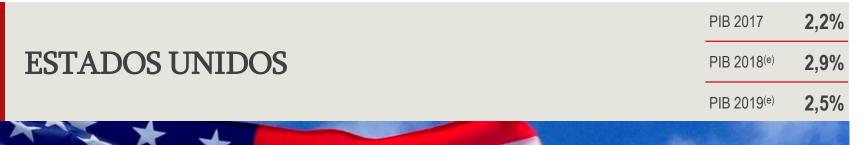
Contando com os efeitos de uma política monetária que estimula o investimento e a produção e com a recuperação dos níveis de confiança, o PIB nacional deve crescer 2,5% em 2019 e o de Minas Gerais, 3,3%. Esse ambiente, condicionado à aprovação das reformas estruturais, como a da previdência, tende a favorecer a recuperação mais consistente da indústria brasileira no próximo ano.



Os setores da indústria de transformação orientados para o mercado interno, como o automotivo, de alimentos e de bebidas, devem ser beneficiados pela tendência de melhora das condições de crédito, da renda real e da retomada do mercado de trabalho. Nesse contexto, a expectativa é que a indústria de máquinas e equipamentos seja puxada pela ampliação dos investimentos, sobretudo no setor de óleo e gás nacional. O segmento da construção civil também deve ser positivamente influenciado pelas medidas de ampliação da oferta de crédito imobiliário e pela retomada do mercado de trabalho. Confirmadas tais expectativas, esses setores darão grande impulso à sua cadeia produtiva, com destaque para a indústria metalúrgica, que também sentirá os efeitos favoráveis da expansão da indústria extrativa mineira.

Por outro lado, o cenário externo, até então favorável, mudou consideravelmente diante do acirramento de uma guerra comercial suscitada pelos EUA, da alta dos juros americanos e do dólar e da aversão ao risco de investir em países emergentes. Somados à reversão das expectativas de crescimento da Europa e da Argentina e às incertezas relacionadas à condução das políticas econômicas na China, esses fatores impõem um desafio maior à indústria exportadora de Minas Gerais – por exemplo, extrativa mineral, siderurgia, papel e celulose.

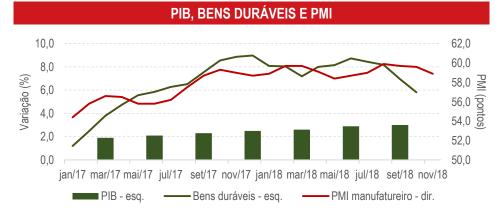




CONSUMO E INVESTIMENTO DINAMIZARAM O CRESCIMENTO EM 2018

- No final de 2017, após anúncio de medidas de estímulo fiscal do governo norteamericano, esperávamos um crescimento de 2,3% do PIB em 2018, alta dos investimentos e contínua queda da taxa de desemprego. O resultado observado vem sendo superior às expectativas, com uma taxa de crescimento anual esperada de 2,9%.
- Nos três primeiros trimestres de 2018, o consumo das famílias, principal motor da economia americana, foi responsável por mais de 50,0% do crescimento no período, devido ao dinamismo do mercado de trabalho. Os investimentos (4,9% na variação anual) contribuíram com outros 40,0%, enquanto as exportações líquidas, impactadas pelas tensões comerciais com a China (-0,2%), tiveram um efeito negativo no desempenho econômico do país.
- No final de 2018, a queda dos investimentos em bens duráveis assinala uma dissipação do efeito do estímulo fiscal e a consequente moderação da atividade em 2019.







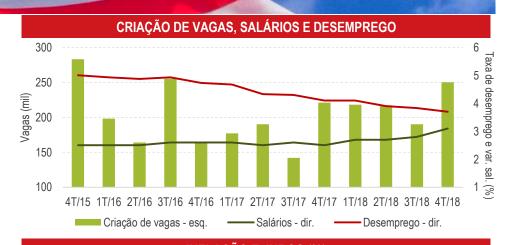


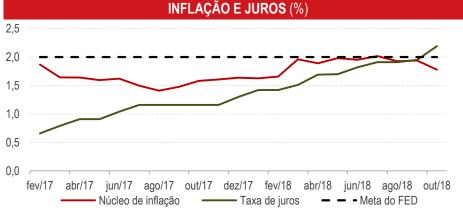




ESTADOS UNIDOS

- Em 2018, houve, em média, 212 mil empregos criados mensalmente valor acima do observado em 2017 (30 mil). O dinamismo do mercado de trabalho norte-americano propiciou a queda da taxa de desemprego em 0,4 p.p. no ano, atingindo 3,7% e ficando abaixo do nível de pleno emprego considerado pelo Banco Central (FED).
- O vigor da atividade e a baixa ociosidade no mercado de trabalho permitiram que o FED seguisse a estratégia de aumento paulatino das taxas de juros, com uma quarta alta de 0,25 p.p. esperada para dezembro, o que levará a taxa de juros básica a 2,5%, ficando próxima à taxa que a instituição considera neutra (3,0%).
- Após uma estagnação dos salários nos primeiros meses do ano, observou-se uma pressão no quarto trimestre (3,1% na comparação anual) em reação ao dinamismo do mercado de trabalho. Isso, no entanto, ainda não repercutiu no núcleo e nas expectativas de inflação, que continuam abaixo da meta do FED (2,0%).
- A desaceleração da atividade econômica esperada para 2019 (crescimento entre 2,0% e 2,5%) deve frear o ritmo de criação de empregos e limitar os riscos de inflação acima da meta do FED, reduzindo assim o risco de haver um aumento maior dos juros.











PIB 2017 **2,4%**

2,0%

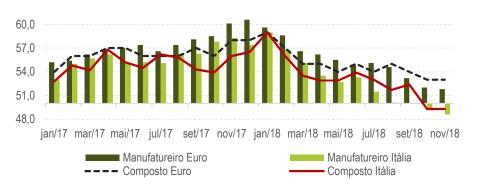
PIB 2018^(e)

PIB 2019^(e) **1.9**9

CRESCIMENTO MAIS MODERADO EM 2018 E REINCIDÊNCIA DE RISCOS POLÍTICOS NA ÁREA DO EURO

- A Área do Euro deve registrar um crescimento entre 1,5% e 2,0% em 2018, abaixo do observado em 2017 (2,4%). Essa moderação era esperada pelo próprio Banco Central Europeu (BCE), que avaliou a forte expansão observada em 2017 como uma surpresa.
- A moderação no crescimento atingiu as principais economias do bloco, com destaque para a França e a Alemanha, que sofreram com episódios transitórios (respectivamente, greves e mudança nas regras de emissão de poluente que prejudicaram o setor automotivo), e para a Itália, que exibiu contração da atividade no terceiro trimestre (-0,1% na variação trimestral).
- Na Itália, a fragilidade fiscal e o agravamento das incertezas políticas minaram a confiança dos empreendedores e inibiram a retomada dos investimentos, com o PMI de outubro caindo abaixo dos 50,0 pontos o que sinaliza uma continuidade da contração da atividade econômica no país.

CRESCIMENTO NAS PRINCIPAIS ECONOMIAS (%) 8,0 0,6 0,4 0,2 0.0 -0.2 -0.4 4T/17 1T/18 2T/18 3T/18 - Área do Furo Alemanha França Itália Espanha PMI ÁREA DO EURO E ITÁLIA (Pontos)







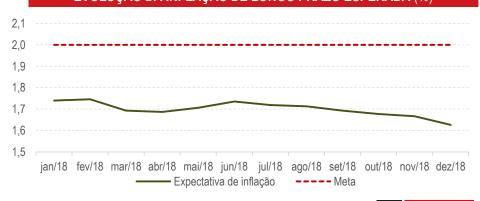






- Enquanto, em 2017, a atividade econômica aquecida não foi acompanhada por aumentos salariais, a queda contínua da taxa de desemprego em 2018 (0,7 p.p. em 12 meses) resultou em pressão nos salários (0,3 p.p. no período).
- Apesar disso, o núcleo de inflação da região manteve-se estável ao longo de 2018 (1,0%) e deve ficar bem abaixo da meta do BCE em 2019 (2,0%). A queda do desemprego permitiu ao BCE as compras líquidas de ativos, enquanto a desaceleração da atividade e a trajetória da inflação limitam os riscos de elevação substancial dos juros em 2019.
- Os desafios serão múltiplos para a Área do Euro em 2019. Além dos anúncios protecionistas americanos sobre o setor automotivo europeu e do conflito fiscal entre a União Europeia e a Itália, as saídas da atual chanceler alemã e do presidente do BCE ameaçam a coesão do bloco em caso de novas tensões que surgiriam em um contexto de crescimento mais baixo (1,9% e 1,7% esperados para 2019 e 2020, respectivamente).









APESAR DA DESACELERAÇÃO DA ECONOMIA, AUMENTARAM AS COMPRAS DE PRODUTOS BRASILEIROS

- Após uma expansão da atividade econômica sólida e acima das expectativas em 2017 (6,9%), dinamizada pela indústria e pelas exportações, a economia chinesa desacelerou ao longo de 2018 e deve registrar crescimento perto de 6,5% em 2018, atingindo a meta estabelecida pelo governo central.
- A economia demonstrou vigor no primeiro trimestre (6,8% na variação anual) graças ao consumo (9,8% na variação anual), aos investimentos (7,5%) e às exportações (14,1%). Por outro lado, a guerra comercial com os EUA e a política doméstica de redução de riscos financeiros pressionaram os resultados do segundo (6,7%) e terceiro trimestres (6,5%, o pior desempenho observado desde 2009).
- Nos nove primeiros meses do ano, a produção industrial (5,9%), o consumo (8,6%) e os investimentos (5,7%) registraram um crescimento acumulado inferior ao observado em 2017 (6,2%, 10,0% e 7,3%, respectivamente). Adicionalmente, a queda constante do PMI manufatureiro ao longo do ano (-1,3 ponto entre janeiro e novembro, quando atingiu 50,0 pontos) pode prenunciar uma desaceleração adicional para 2019.















- Com a desaceleração da economia chinesa, o governo decidiu, a partir do início do terceiro trimestre, reverter a política fiscal restritiva para adotar medidas estimulativas. Diferentemente das intervenções anteriores, quando impulsionava a economia através de investimentos em infraestrutura, o governo respondeu ao risco de recessão implementando medidas que visam facilitar o acesso ao crédito para as empresas privadas, tais como o corte do compulsório em 2,5 p.p. no ano e a diminuição dos impostos.
- A China foi o destino de mais de um quarto das exportações totais brasileiras. O avanço das compras de produtos brasileiros (33,2%), principalmente os básicos, foi favorecido pela expansão da participação de empresas chinesas no mercado doméstico. Tais empresas são dependentes da importação de insumos brasileiros.
- O governo chinês anunciou que, em 2019, deve cortar impostos com o objetivo de elevar a renda disponível das famílias e alavancar o consumo.















PRODUTO INTERNO BRUTO BRASIL

CRESCIMENTO DO PIB DECEPCIONA EM 2018

- No início do ano, havia a expectativa de que o PIB brasileiro cresceria 2,7%. Afinal, a economia tinha deixado para trás a recessão encerrada no quarto trimestre de 2016 - cresceu 0.7% até o terceiro trimestre do ano passado e vinha em aceleração no segundo semestre. Contudo, o desempenho econômico começou a decepcionar no último trimestre, de modo que o crescimento total em 2017 ficou limitado a 1,1%. Em 2018, os setores industrial e de serviços não ganharam tração e ainda foram severamente afetados pela paralisação de caminhoneiros em maio. Com isso, o crescimento até o terceiro trimestre foi de apenas 1,1%.
- Apesar da melhora da confiança exibida após as eleições de outubro, as projeções do mercado apontam para um crescimento de apenas 1,3% no ano.
- Para 2019, por outro lado, renovam-se as esperanças de expansão do PIB para um nível superior a 2,5%. De acordo com a pesquisa Focus (30/11), do Banco Central, o mercado financeiro estimava crescimento de 2,53% no próximo ano, puxado pela retomada do investimento privado.

PIB (var. % acumulada no ano - até o terceiro trimestre)						
		EFETIVO			ESTIMATIVAS ANUAIS	
		2016*	2017*	2018*	2018 ^(e)	2019 ^(e)
	Agropecuária	-5,8	14,3	-0,3	0,0	3,8
	Indústria	-5,0	-1,4	0,9	1,5	2,9
	Transformação	-5,5	0,4	2,3	2,5	3,0
OFERTA	Extrativa	-3,4	5,6	0,0	0,8	7,5
	Construção	-9,4	-9,1	-2,6	-0,8	0,7
	SIUP	7,4	1,3	1,5	2,4	2,6
	Serviços	-2,4	0,0	1,4	1,4	1,7
	Consumo	-4,3	0,8	2,0	2,3	2,7
	Governo	0,1	-1,2	0,3	-0,1	0,3
DEMANDA	Investimentos	-13,5	-4,5	4,5	4,0	2,8
	Exportações	4,1	4,1	1,5	2,5	5,0
	Importações	-13,1	3,9	9,4	7,2	5,6
PIB		-3,6	0,7	1,1	1,5	2,2









PRODUTO INTERNO BRUTO MINAS GERAIS

PIB MINEIRO DEVE CRESCER 1,0% EM 2018

- A economia mineira exibiu expansão de 1,1% na primeira metade de 2018 em relação ao mesmo período de 2017. Contudo, os dados da Fundação João Pinheiro (FJP) apontaram recuo médio de 0,15% por trimestre (na margem, com ajuste sazonal) contra uma alta de 0,15% da economia brasileira. Esse resultado é explicado pela contribuição negativa dos setores agropecuário e extrativo.
- O PIB industrial tampouco teve boa performance no estado. A indústria foi decisivamente afetada pela paralisação dos caminhoneiros e pela elevada incerteza associada ao ciclo eleitoral. Esse resultado negativo no primeiro semestre impedirá que o setor alcance crescimento no ano de 2018.
- Com a frustração referente à atividade no primeiro semestre e tendo em vista a decepção em relação ao desempenho dos setores industrial e de serviços até outubro, nossa projeção de crescimento do PIB em 2018 foi reduzida para 1,0%. Para 2019, por outro lado, nossa expectativa é de avanço de 3,3%, sustentado pela continuidade da gradual recuperação do setor industrial e pela retomada do vigor do setor extrativo, da agricultura e da construção civil.

PIB MINAS GERAIS (Var. % acumulada no ano) até o 2º trimestre				
		2016*	2017*	2018*
	Agropecuária	9,7	4,3	-0,8
	Indústria	-7,1	-1,5	-1,0
	Extr. Mineral	-15,8	10,4	-8,2
	Transformação	-8,4	-0,6	2,6
	SIUP	14,3	-3,5	-8,5
OFERTA	Construção Civil	-8,7	-8,7	-0,5
	Serviços	-2,1	0,0	1,8
	Comércio	-6,9	-0,2	3,3
	Transporte	-4,1	1,0	-2,8
	Outros¹	-3,1	-0,7	2,1
	Adm. Pública	1,0	2,1	-0,1
PIB		-2,7	0,0	1,0





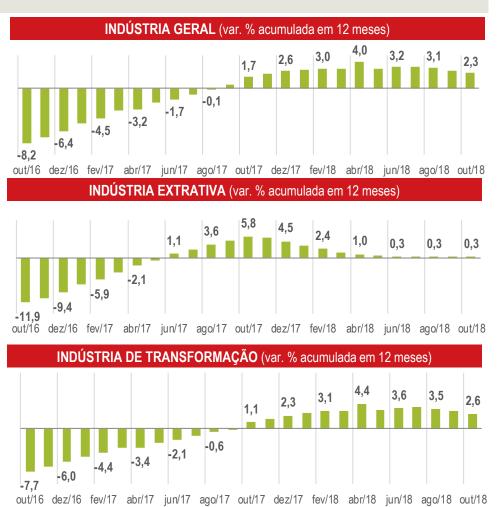


PRODUÇÃO INDUSTRIAL BRASIL

INDÚSTRIA GERAL		
ACUMULADO ANO	1,8%	
ACUMULADO 12 MESES	2,3%	
2018 ^(e)	2,0%	
2019 ^(e)	3,0%	

PRODUÇÃO INDUSTRIAL CRESCE 1,8% ATÉ OUTUBRO

- O setor industrial registrou expansão de 1,8% da produção até outubro em relação ao mesmo período do ano anterior, com resultados positivos em bens de consumo duráveis (11,0%), bens de capital (8,7%) e bens intermediários (0,8%). Não houve crescimento na produção agregada de bens de consumo semiduráveis e não duráveis nos primeiros 10 meses do ano.
- O setor com maior contribuição para o avanço da produção industrial no ano é o de veículos automotores, reboques e carrocerias, com o aumento de 15,8%, apesar do impacto negativo exercido pela crise econômica na Argentina, maior mercado para exportação de veículos brasileiros. Também se destacaram os setores de metalurgia (5,2%), de celulose, papel e produtos de papel (6,0%) e de máquinas e equipamentos (4,5%). As indústrias extrativas avançaram apenas 0,6%.
- A retomada do otimismo empresarial e a redução dos estoques de produtos sinalizam aceleração no ritmo da atividade industrial nos próximos meses. As projeções de mercado apontam para crescimento de 2,2% em 2018 e de 3,0% em 2019.









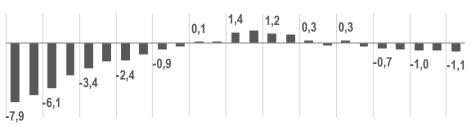
PRODUÇÃO INDUSTRIAL MINAS GERAIS

INDÚSTRIA GERAL		
ACUMULADO ANO	-1,3%	
ACUMULADO 12 MESES	-1,1%	
2018 ^(e)	-1,3%	
2019 ^(e)	3,1%	

PRODUÇÃO INDUSTRIAL MINEIRA CAI 1,3% NOS PRIMEIROS 10 MESES DO ANO

- De janeiro a outubro, a produção industrial mineira recuou 1,3% em relação ao mesmo período de 2017. Boa parte do resultado deve-se ao recuo de 3,5% do setor extrativo mineral, cuja produção foi afetada pelo regime de chuvas superior à média no primeiro trimestre do ano. Mas a indústria de transformação também decepcionou no período, com recuo acumulado de 0,6%.
- Em 12 meses, a produção da indústria mineira acumula retração de 1,1% resultado da contração de 4,3% da indústria extrativa e do crescimento de 0,1% da transformação. Nessa base de comparação, persiste o padrão observado nos meses anteriores de declínio gradual das taxas de crescimento da produção da indústria de transformação e de suavização da variação negativa da produção da extração mineral.
- A melhora na confiança empresarial ocorrida após o período eleitoral deve impactar positivamente a indústria mineira de forma consistente em 2019, fortalecendo as expectativas de crescimento de 5,1% da produção industrial no estado (extrativa: 9,5% e transformação: 3,9%).

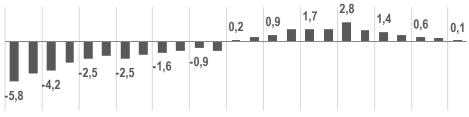
INDÚSTRIA GERAL (var. % acumulada em 12 meses)



out/16 dez/16 fev/17 abr/17 jun/17 ago/17 out/17 dez/17 fev/18 abr/18 jun/18 ago/18 out/18







out/16 dez/16 fev/17 abr/17 jun/17 ago/17 out/17 dez/17 fev/18 abr/18 jun/18 ago/18 out/18









PRODUÇÃO INDUSTRIAL

DESTAQUES SETORIAIS (VAR. % ACUMULADA EM 12 MESES)1















Veículos 16,8

Equipamentos Eletroeletrônicos

Metalurgia

Celulose e Papel

Produtos Farmacêuticos

Produtos de Madeira











4,3

















Máquinas e Equipamentos

Metalurgia

Minerais Não Metálicos

Outros Produtos Químicos

Coque e Combustível

Bebidas



6,0

3,5

2,8

1,6

1,0







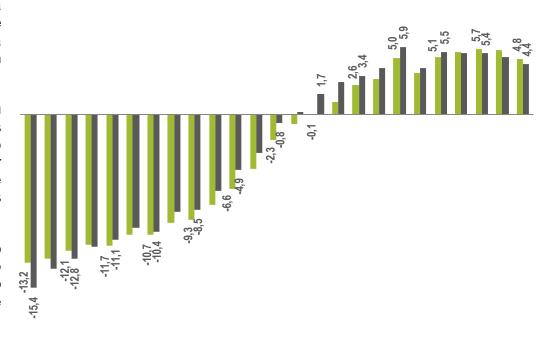
FATURAMENTO

INDUSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO			
	BRASIL	MINAS GERAIS	
2016	-12,1%	-12,8%	
2017	-0,1%	1,7%	
JAN A OUT/18	3,5%	4,7%	
ACUMULADO 12 MESES	5,9%	5,3%	

FATURAMENTO REAL CRESCE EM 2018

- Em 2018, acontecimentos importantes, como as eleições estaduais e federal, bem como a greve dos caminhoneiros, contribuíram para a frustração das perspectivas de início de ano com relação a uma retomada mais robusta da atividade industrial. Entretanto, mesmo com o processo de piora das expectativas ao longo de 2018, o faturamento real da indústria de transformação mostrou desempenho melhor do que o apresentado em anos anteriores, tanto no âmbito nacional quanto no estadual.
- No Brasil, o faturamento real da indústria de transformação revelou tendência de recuperação, após uma sequência de resultados fracos desde 2014. O indicador avançou 4.8% no acumulado do ano até outubro - o primeiro crescimento no período em cinco anos e o melhor desempenho da variável desde 2010 (10,3%). Os setores de máquinas e equipamentos (20,2%), metalurgia (15,8%) e veículos automotores (11,9%) contribuíram para o resultado.
- Em Minas Gerais, o faturamento real da indústria de transformação cresceu 3,9% de janeiro a outubro. O resultado foi o maior para o período desde 2010 (10,5%) e corrobora a percepção de melhora gradual do índice, que exibiu, de janeiro a outubro, avanço tímido em 2017 (0,7%) e recuos expressivos em 2016 (-13,6%) e 2015 (-15,9%).
- Para 2019, é esperada uma recuperação mais intensa da atividade industrial, tanto em Minas quanto no Brasil, embasada na melhora do ambiente macroeconômico e na expectativa de manutenção dos níveis de confiança dos agentes econômicos em patamares mais elevados.

FATURAMENTO REAL DA IND. TRANSFORMAÇÃO (var. % acumulada em 12 meses)













SERVIÇOS

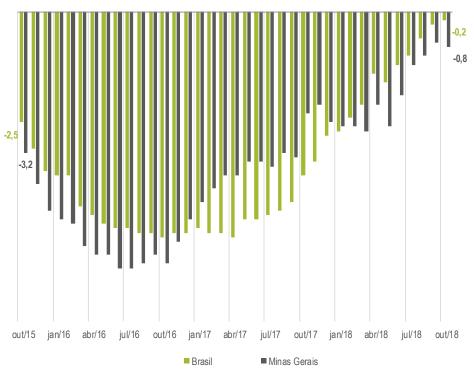
VOLUME DE SERVIÇOS

	BRASIL	MINAS GERAIS
ACUMULADO ANO*	-0,2%	-0,5%
ACUMULADO 12 MESES*	-0,2%	-0,8%

RETOMADA MAIS LENTA DA ECONOMIA FRUSTRA RECUPERAÇÃO DO SETOR DE SERVIÇOS

- As perspectivas de recuperação do setor de serviços brasileiro no início do ano foram gradualmente substituídas por um padrão de variação volátil, principalmente após a greve dos caminhoneiros. De janeiro a outubro, a retração acumulada foi de 0,2%, o que reforça as expectativas de uma variação de igual montante ao final de 2018.
- Para esse resultado, contribuíram negativamente os seguintes subsetores: serviços prestados às famílias (0,5%), serviços de informação e comunicação (0,9%) e -2, serviços profissionais, administrativos e complementares (1,7%). No outro lado, contribuíram positivamente os subsetores: transportes, serviços auxiliares ao transporte e correios (1,4%) e outros serviços (1,6%).
- Em Minas Gerais, a retração acumulada é de 0,5%. No ano, os subsetores com maior queda foram os seguintes: serviços de informação e comunicação (4,4%) e serviços profissionais, administrativos e complementares (3,8%).
- Para 2019, o setor deve inverter a tendência negativa e avançar 0,9%. A intensidade da recuperação, entretanto, dependerá da aprovação de reformas que consolidem o crescimento econômico e a retomada do mercado de trabalho.

VOLUME DE SERVIÇOS (var. % acumulada em 12 meses)







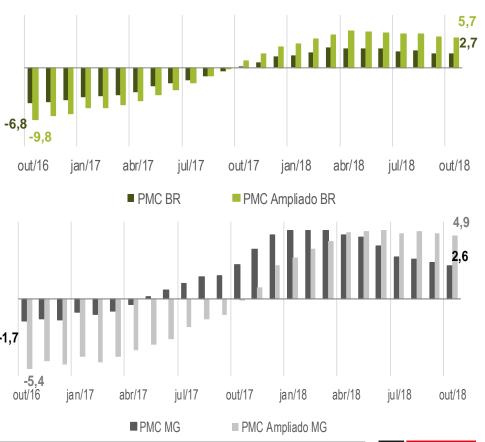
VENDAS NO VAREJO

	BRASIL	MINAS GERAIS
RESTRITO (Acumulado Ano)*	2,2%	0,9%
AMPLIADO (Acumulado Ano)*	5,3%	3,8%
RESTRITO (Acumulado 12 meses)*	2,7%	2,6%
AMPLIADO (Acumulado 12 meses)*	5,7%	4,9%

COMÉRCIO VAREJISTA DEVE MANTER RECUPERAÇÃO EM 2019

- As vendas no varejo restrito brasileiro registraram crescimento de 2,3% no acumulado de 2018 até outubro. O varejo ampliado, que inclui o comércio de veículos e de material de construção, avançou 5,2% no mesmo período.
- Em Minas Gerais, o desempenho do comércio foi mais modesto que no Brasil. O varejo restrito aumentou 0,9% no acumulado do ano e o ampliado, 3,8%, influenciado pelo crescimento da venda de veículos (19,3%).
- Apesar da paulatina recuperação observada a partir do quarto trimestre de 2017, o varejo brasileiro e o mineiro vêm apresentando, desde a paralisação dos caminhoneiros em maio, resultados mais fracos do que o esperado no início de 2018.
- Para 2019, espera-se a continuidade do processo de recuperação do setor varejista. A manutenção da taxa de juros em patamares historicamente baixos deve favorecer as condições de crédito. Adicionalmente, a inflação sob controle e as perspectivas de recuperação do mercado de trabalho contribuirão para a projeção de crescimento de 3,0% do varejo restrito no próximo ano.

VOLUME DE VENDAS NO COMÉRCIO² (var. % acumulada em 12 meses)











EMPREGO

TRABALHO INFORMAL PUXA QUEDA DO DESEMPREGO EM 2018

- Em 2018, na comparação com o terceiro trimestre de 2017, a taxa de desemprego brasileira recuou de 12,4% para 11,9%. No mesmo período, o recuo em Minas Gerais foi mais intenso, de 12,3% para 9,7%.
- Entretanto, esses resultados ainda não indicam uma melhora robusta do mercado de trabalho. De acordo com o IBGE, a queda da taxa de desemprego foi puxada pelo crescimento de pessoas no mercado informal e no trabalho por conta própria, que juntos responderam por 63,4% do aumento da população ocupada no período.
- Nos 12 meses encerrados em outubro, o mercado de trabalho formal brasileiro registra a criação líquida de 444 mil vagas. O setor de serviços foi o maior gerador de vagas (360 mil). A indústria contribuiu com 10 mil empregos. Em Minas Gerais, onde o total de vagas criadas em 12 meses foi de 77 mil, a indústria apresenta resultado melhor que o nacional, com criação de 24 mil postos, tendo destaque a construção civil (17 mil).
- A melhora dos índices de confiança de empresários e consumidores, observada após o resultado das eleições, tende a exercer influência positiva no mercado de trabalho em 2019. Contudo, o ritmo da recuperação dependerá da consolidação das reformas econômicas, como a da previdência e a tributária.

TAXA DE DESOCUPAÇÃO TRIMESTRAL (%)1













SALDO DO EMPREGO INDUSTRIAL

DESTAQUES SETORIAIS (SALDO ACUMULADO DE JAN A OUT/18)*





















Alimentos



Construção de Edifícios

Obras de Infraestrutura

Veículos **Automotores**

Coque e Combustível

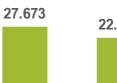
Calçados e Couro

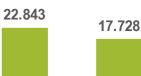
Máquinas e Equipamentos

Coleta, Tratamento e Disposição de Resíduos







































Edifícios



Construção de





Alimentos

Metalurgia

Produtos de Metal

Coque e Combustível

Móveis







3.595

3.141

3.118

2.198

2.020

1.590

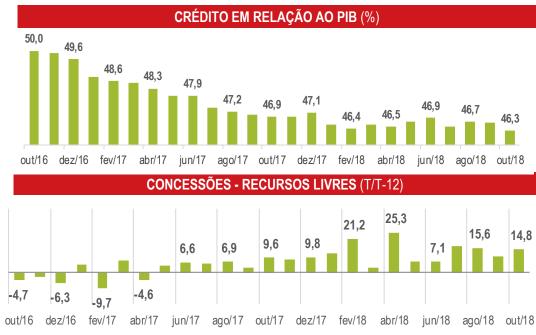




CRÉDITO

CRÉDITO ENCOLHE DEVIDO À CONTRAÇÃO DO SEGMENTO DIRECIONADO

- A retomada gradual da atividade econômica em 2018 teve um tímido efeito positivo na evolução do financiamento às empresas e às famílias brasileiras, de acordo com o Banco Central.
- A retomada na geração de caixa e o aumento da rentabilidade das empresas favoreceram a expansão do crédito corporativo no segmento livre. Esse resultado tem sido particularmente importante para a expansão da carteira para pequenas e médias empresas. Grandes empresas têm se beneficiado, adicionalmente, por meio do acesso a linhas de crédito no exterior e pela expansão do mercado de capitais. Por outro lado, a contração na carteira de crédito direcionado do BNDES foi determinante para que o volume de crédito às empresas não financeiras tenha regredido de 23,0% para 21,7% do PIB durante o ano.
- O crédito às famílias, por sua vez, vem exibindo expansão puxado pelo out/16 dez/16 fev/17 abr/17 segmento de financiamento de veículos, tendo em vista a retomada das vendas no mercado doméstico.
- Apesar das elevadas taxas de juros no país, o spread médio recuou 0,9 ponto percentual (p.p.) no ano, em linha com a queda de 1,0 p.p. na taxa Selic entre dezembro de 2017 e outubro de 2018.







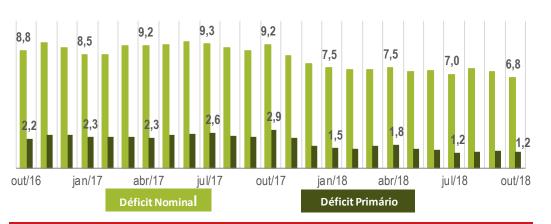


FINANÇAS PÚBLICAS

INSS SEGUE RESPONSÁVEL PELO DÉFICIT PRIMÁRIO DO SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO EM 2018

- Ao contrário dos dois anos anteriores, o setor público consolidado registrou déficits primários decrescentes ao longo de 2018. O déficit acumulado em 12 meses atingiu R\$ 84,8 bilhões em outubro de 2018, o equivalente a 1,24% do PIB. No mesmo período do ano passado, o resultado negativo era de R\$ 187,2 bilhões. Com isso, é bastante provável que seja cumprida a meta oficial de déficit de R\$ 159 bilhões no ano. De fato, as projeções apontam para um déficit em torno de R\$ 138 bilhões.
- O principal responsável pelo déficit primário consolidado é o resultado do Governo Central, tendo em vista que, desde abril deste ano, grande parte dos estados têm sido superavitários. Abrindo ainda mais os números, notase que o déficit do INSS, cuja magnitude tem sido superior ao resultado positivo do governo federal, é a causa das contas públicas no vermelho.
- O resultado nominal, que engloba despesas com juros, caiu para 6,8% do PIB, em outubro, contra 9,2% no mesmo mês de 2017, contribuindo para frear o avanço da dívida bruta em 2018.

NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (% PIB)



DÍVIDA BRUTA DO GOVERNO GERAL (% PIB)





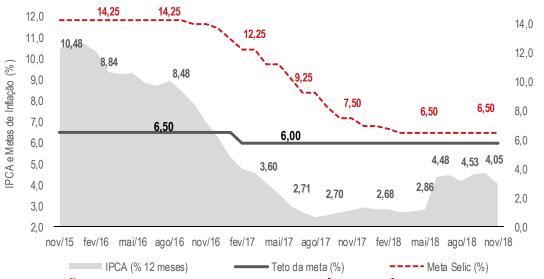








INFLAÇÃO E JUROS



GRUPOS DO IPCA (Nov/18)	Acumulado no ano (%)	Acumulado em 12 meses (%)
Índice Geral	3,59	4,05
Alimentação e Bebidas	3,58	4,13
Habitação	4,88	4,46
Artigos de Residência	3,17	3,20
Vestuário	-0,53	0,30
Transporte	4,77	6,06
Saúde e Cuidados Pessoais	3,62	4,03
Despesas Pessoais	2,69	3,12
Educação	5,09	5,25
Comunicação	-0,09	-0,20

INFLAÇÃO ACUMULADA SEGUE PRÓXIMA À META

- A variação do IPCA acumulada em 2018, até novembro, foi de 3,59%. No mesmo período de 2017, a inflação acumulada foi de 2,50%. Essa aceleração inflacionária, contudo, não é preocupante, tendo em vista que a meta para ambos os anos é de 4,50%.
- A variação nos preços, em 2018, foi impactada temporariamente por dois fatores: a paralisação de caminhoneiros, em maio, e a desvalorização cambial motivada por maior incerteza, tanto doméstica quanto externa. Como resultado, os grupos de transporte e habitação oscilaram mais do que o normal ao longo do ano. Contudo, pode-se afirmar que os choques inflacionários associados a esses desdobramentos foram plenamente revertidos. Inclusive, em novembro, registrou-se deflação de 0,21%, algo pouco usual para o período, mas que pode ser atribuído, em parte, ao impacto da recente valorização cambial sobre o preço de combustíveis.
- Tendo em vista o comportamento benigno da inflação ao longo do ano e a convergência da variação do IPCA para a meta, houve espaço para que o Copom mantivesse a política monetária estimulativa.
- A taxa Selic, atualmente em 6,50% a.a. deve permanecer nesse patamar por alguns meses, podendo subir em 2019 caso a economia retome a trajetória de crescimento robusto, ou até mesmo cair, em resposta à implementação de reformas estruturais tais como a da Previdência.







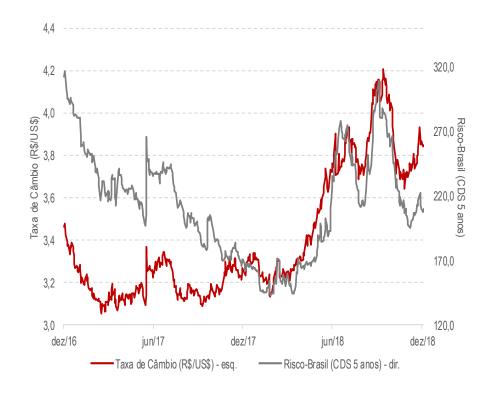


CÂMBIO

FATORES EXTERNOS E INTERNOS PROVOCARAM FORTE OSCILAÇÃO DO REAL EM 2018

- De janeiro a setembro, o real desvalorizou frente ao dólar, como resultado do aumento do risco-país em meio a desdobramentos externos e internos. No front externo, o processo de normalização gradual da política monetária nas principais economias maduras e o aumento da incerteza sobre o ritmo de crescimento global, em meio à escalada de tensões comerciais, reduziram o apetite por ativos de economias emergentes.
- No Brasil, a incapacidade do governo Temer, em fim de mandato, de dar continuidade ao processo de implementação de reformas estruturais impopulares ficou evidenciada pela submissão à pressão de grupos organizados, tais como o setor de transportes e o judiciário. Adicionalmente, o equilíbrio de forças ao longo do ciclo eleitoral também colocou em dúvida a capacidade do governo eleito de levar adiante uma necessária agenda reformista em 2019.
- Como resultado, a média mensal da taxa de câmbio subiu de R\$/US\$ 3,29, em dezembro de 2017, para R\$/US\$ 4,12, em setembro de 2018. Desde então, houve estabilização em torno de R\$/US\$ 3,75 em outubro e novembro. Para 2019, a expectativa é de relativa estabilidade próxima do patamar de R\$/US\$ 3,80.

CÂMBIO (R\$/US\$) E RISCO-PAÍS (CDS Brasil em pontos) - diário









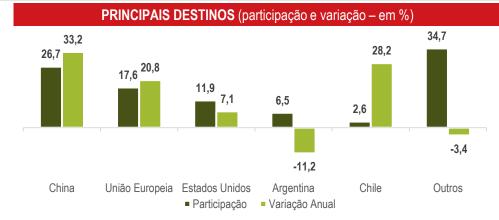




BALANÇA COMERCIAL BRASII.

BALANÇA COMERCIAL – US\$ BILHÕES				
BRASIL	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO	
NOV/18	20,9	16,9	4,1	
NOV/17	16,7	13,1	3,5	
ACUMULADO 2018*	220,0	168,3	51,7	
ACUMULADO 2017*	200,1	138,2	62,0	





CHINA FOI RESPONSÁVEL POR MAIS DE UM QUARTO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS EM 2018

- De janeiro até novembro, as exportações brasileiras cresceram 9,4% (na média, por dia útil) em relação a 2017, ao passo que a alta das importações foi de 21,3%, o que resultou na queda em 17,0% do saldo comercial. Ainda assim, o superávit (US\$ 51,7 bilhões) foi o segundo maior registrado desde 1999 e inferior somente ao resultado recorde de 2017.
- O avanço das importações refletiu a melhora da atividade econômica brasileira, que também se beneficiou do dinamismo da economia global, estimulando a corrente de comércio (soma das exportações e importações) em 14,3%. A China manteve-se como principal compradora de produtos brasileiros, sendo destino de 26,7% das exportações (+5 pontos

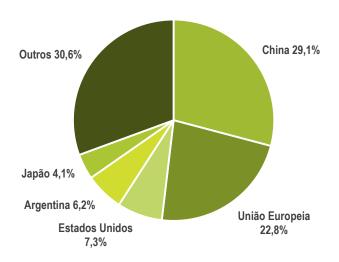
- percentuais em relação a 2017), enquanto a crise na Argentina resultou na queda de 11,2% das vendas para o país vizinho.
- Entre os principais produtos, destacamos o crescimento das vendas de soja (21,0%), de petróleo (10,3%) e de celulose (9,0%), como consequência direta do aumento da demanda chinesa. Por outro lado, a queda dos preços do açúcar minou as exportações do produto (-23,0%). A piora da economia argentina, por sua vez, explicou o pior desempenho das vendas de automóvel para o país (-16,0%).



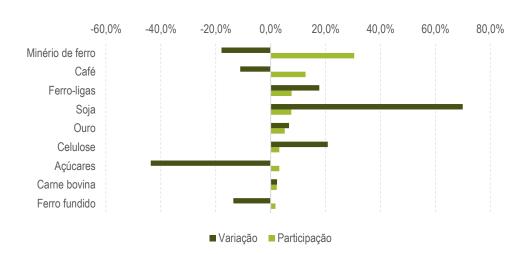


EXPORTAÇÕES MINAS GERAIS

EXPORTAÇÕES POR PAÍS (participação - em %)*



EXPORTAÇÕES POR PRODUTO (participação e variação – em %)*



QUEDA DAS EXPORTAÇÕES DE MINÉRIO DE FERRO MARCA A BALANÇA COMERCIAL MINEIRA

- No acumulado do ano até novembro 2018, as exportações mineiras somaram US\$ 21,8 bilhões, valor 7,2% inferior ao do mesmo período de 2017.
- Essa variação foi explicada principalmente pela queda nas vendas de minério de ferro (-17,9%), de café (-11,0%) e de açúcar (-43,7%). Por outro lado, houve crescimento nas vendas de soja (70,0%), de celulose (20,8%) e de carne bovina (2,3%).
- Entre os principais destinos, a China continua sendo responsável por um terço das vendas externas mineiras, mesmo com o recuo de 7,3% dos envios ao país. Apesar da estabilidade nos preços, as exportações de minério de ferro de Minas Gerais para a China caíram 17,9%, refletindo a

- preferência chinesa por minério de fero mais puro, como o extraído no Pará.
- A redução das exportações de café foi explicada pela queda dos preços do produto em relação a 2017 (-12,1%), uma vez que o volume exportado manteve-se estável no período.
- Como resultado direto da crise que atingiu a Argentina em 2018, as vendas para o país diminuíram 5,5%, influenciadas, em grande parte, pela contração de 21,0% das exportações de automóveis no ano.





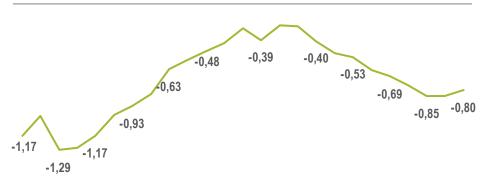


TRANSAÇÕES CORRENTES E INVESTIMENTO DIRETO

DÉFICIT EM TRANSAÇÕES CORRENTES VOLTA A CRESCER EM 2018

- O balanço de pagamentos brasileiro registrou déficit em transações correntes equivalente a 0,80% do PIB, no acumulado em doze meses até outubro, bem acima do resultado do ano de 2017 (déficit de 0,27% do PIB). Esse crescimento já era esperado, tendo em vista o processo de recuperação econômica no país, o que normalmente estimula o crescimento das importações acima da variação das exportações, além do aumento no pagamento de serviços e rendas ao exterior.
- O déficit em transações correntes não desperta nenhuma preocupação, sendo mais do que compensado pelo ingresso de Investimento Direto no País (IDP) da ordem de 3,1% do PIB. Ademais, o Brasil conta com um substancial volume de reservas, estáveis em torno de US\$ 382 bilhões, o que protege o país contra o risco de interrupção abrupta de fluxos financeiros.
- Para 2019, espera-se que a aceleração do crescimento econômico se reflita em elevação, tanto do déficit em transações correntes quanto do ingresso de investimento direto, com manutenção do conforto em relação às contas externas.

TRANSAÇÕES CORRENTES (% PIB)



out/16 dez/16 fev/17 abr/17 jun/17 ago/17 out/17 dez/17 fev/18 abr/18 jun/18 ago/18 out/18

INVESTIMENTO DIRETO (% PIB)



out/16 dez/16 fev/17 abr/17 jun/17 ago/17 out/17 dez/17 fev/18 abr/18 jun/18 ago/18 out/18







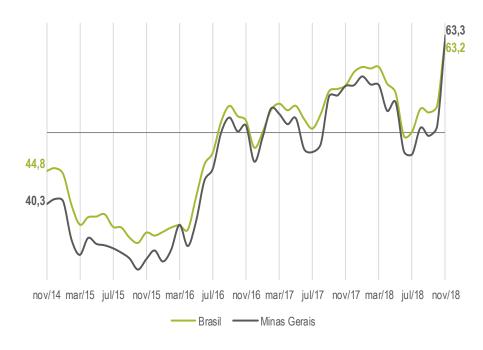


CONFIANÇA E EXPECTATIVAS

CONFIANÇA E EXPECTATIVAS

- Nos primeiros cinco meses do ano, o índice de confiança do empresário industrial (ICEI) mostrou empresários confiantes, com valores acima de 50 pontos*. Entretanto, a paralisação dos transportes rodoviários de carga, ocorrida no final de maio, abalou a confiança dos industriais, causando recuo significativo dos indicadores em junho. A queda da atividade provocada pela greve foi revertida, mas os efeitos negativos sobre a confiança mostraram-se duradouros e, somados às incertezas políticas no período pré-eleitoral, colocaram a economia em compasso de espera, prejudicando ainda mais a já fragilizada recuperação do setor industrial.
- Em novembro, o ICEI avançou expressivamente em comparação a outubro, alavancado pela vitória dos candidatos com agendas de reformas necessárias à retomada do crescimento econômico. O indicador registrou 63,3 pontos em Minas Gerais e 63,2 pontos no Brasil, atingindo o maior patamar em oito anos. O aumento da confiança foi decorrente da percepção de melhora das condições atuais de negócio e, em especial, das expectativas positivas para os próximos seis meses, que alcançaram os industriais de todos os portes de empresa. Com os resultados de novembro, os índices, que até outubro acumulavam queda, passaram a acumular aumentos de 6,8 pontos no estado e de 4,9 pontos no país.
- Uma vez reduzido o elevado nível de ociosidade da indústria, a melhora dos níveis de confiança dos empresários será importante condição para o processo de retomada dos investimentos do setor, assim como para o alcance de um ritmo de crescimento econômico mais robusto nos próximos anos. Uma maior propensão dos empresários a investir foi capturada pela pesquisa Sondagem Industrial (FIEMG/CNI), que apurou que a intenção de investir chegou, em novembro, ao nível mais elevado em quase cinco anos.

ÍNDICE DE CONFIANÇA DO EMPRESÁRIO INDUSTRIAL - ICEI







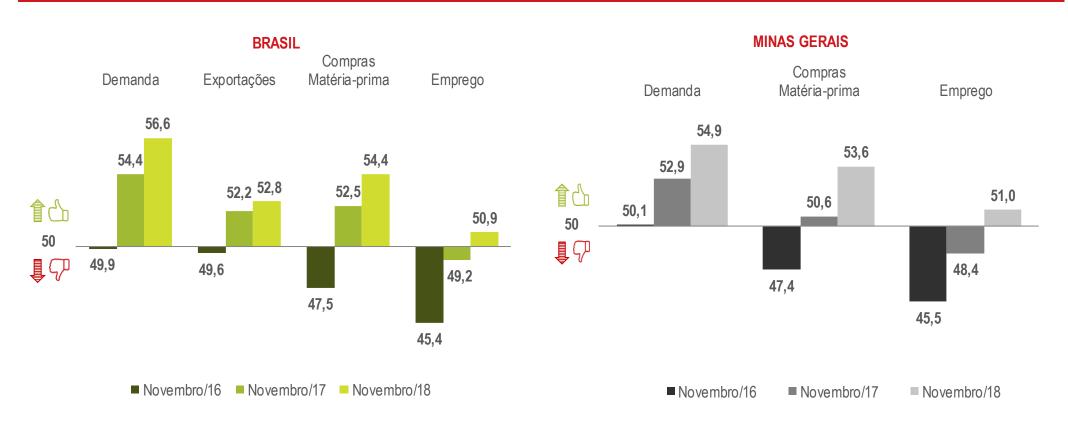
EXPECTATIVAS



BRASIL

SONDAGEM INDUSTRIAL - EXPECTATIVAS*

MINAS GERAIS













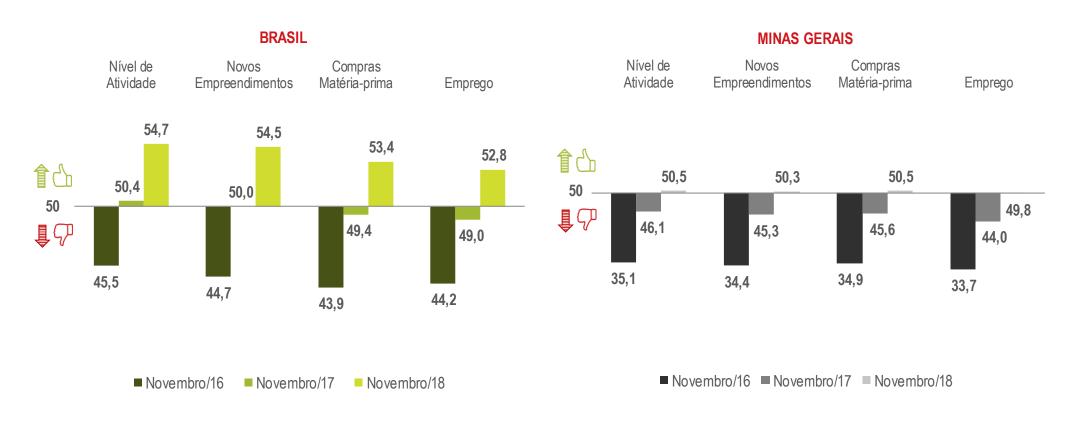
EXPECTATIVAS



BRASIL

SONDAGEM DA INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO - EXPECTATIVAS*

MINAS GERAIS











PROJEÇÕES

BRASIL	2018	2019
PIB (%)	1,30	2,53
Produção Industrial (%)	1,99	3,02
Comércio varejista - volume (%)*	2,20	4,35
Comércio varejista - faturamento (%)*	4,79	7,46
Massa real de rendimentos total (%)*	2,03	2,12
IPCA (%)	3,71	4,07
IGP-M (%)	8,74	4,44
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	3,78	3,80
Meta Taxa Selic - fim de período (% a.a.)	6,50	7,50
Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	54,00	56,50
Conta-Corrente (US\$ bilhões)	-15,15	-27,05
Balança Comercial (US\$ bilhões)	58,00	53,40
Investimento Direto no País (US\$ bilhões)	70,00	77,20

MINAS GERAIS	2018	2019
PIB (%)	1,00	3,30
Produção Industrial (%)	-1,25	5,10
Prod. Física Ind. Transformação (%)	-0,95	3,90
Prod. Física Ind. Extrativa (%)	-2,57	9,50
Massa Real de Renda (%)	3,60	3,90

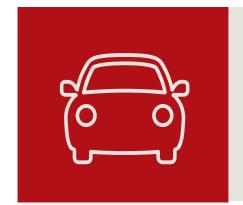












SETOR AUTOMOTIVO

		BRASIL	MINAS GERAIS
	PRODUÇÃO FÍSICA JAN-OUT/18 ¹	15,8%	-2,4%
EXPORTAÇÕES	QUANTIDADE	-3,9%	-9,0%
JAN-NOV/18 ¹	VALOR (US\$)	-7,6%	-14,3%

DESTAQUES

- Em 2018, o setor automotivo brasileiro registrou avanço das vendas no mercado interno. Apesar da lenta recuperação da economia brasileira e do ainda elevado contingente de desempregados, houve melhora nas condições de financiamento para compra de veículos, proporcionada pela redução das taxas de juros e da inadimplência. De janeiro a novembro, foram emplacados 2,3 milhões de veículos automotores*, com aumento de 15,0% frente ao mesmo período de 2017 (2,0 milhões de unidades). A Anfavea² espera que 2,5 milhões de veículos sejam comercializados no Brasil até o fim do ano.
- Por outro lado, as exportações* do setor caíram expressivamente em relação a 2017: de janeiro a novembro, foram embarcados 597 mil veículos automotores, enquanto no mesmo período de 2017 foram exportados 705 mil. O recuo, ocorrido especialmente a partir do segundo semestre, é explicado pela crise econômica na Argentina, parceira comercial que chegou a importar 70% dos veículos brasileiros. Mesmo com o crescimento das vendas para outros países sul-americanos, como Chile e Colômbia, a desaceleração econômica naquele país motivou a revisão da projeção da Anfavea, que passou de 766 mil unidades exportadas para 700 mil, o que provavelmente não se concretizará em 2018.
- Com o foco das montadoras voltado para o mercado interno em detrimento do externo diferentemente do ocorrido em 2017 – houve aumento da produção do setor automotivo. De janeiro a novembro, foram produzidas 2,7 milhões de unidades de veículos automotores no Brasil, total superior ao observado no mesmo período de 2017 (2,5 milhões de unidades). A Anfavea espera uma produção de cerca de 3,0 milhões de unidades em 2018, o que representaria um incremento de 11,1% frente a 2017.

- Para 2019, é esperado um aumento das vendas internas em todos os segmentos do setor. Após a conclusão do processo eleitoral em outubro, os índices de confianca. tanto dos empresários quanto dos consumidores, mostraram crescimento, o que deve contribuir para o aumento das vendas. Ademais, a melhora da economia brasileira prevista para o próximo ano, a redução gradual do nível de desemprego e o destravamento de investimentos que estavam em compasso de espera também devem influenciar a evolução das vendas. A projeção para 2019 indica um aumento de 7,7% dos emplacamentos no mercado brasileiro, totalizando 2,8 milhões de unidades.
- No mercado internacional, a previsão é de queda de 11,0% das vendas externas, na medida em que a crise econômica argentina ainda impactará negativamente os fluxos de exportação de veículos brasileiros. Vale ressaltar que, em 2017, o setor registrou recorde de exportações totais (766 mil unidades), número bem distante do esperado para 2019 (579 mil unidades).
- O aumento da produção do setor continuará a ser sustentado pelo mercado brasileiro, considerando a queda projetada para as exportações. Dessa forma, espera-se um crescimento de 3,5% da produção em relação a 2018, o que representa um total de 3,04 milhões de unidades.



¹Comparativamente ao mesmo período de 2017. As exportações referem-se à fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias. ² Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores *Englobam automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus (em unidades).







MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

		BRASIL	MINAS GERAIS
PR	ODUÇÃO FÍSICA JAN-OUT/18 ¹	4,5%	23,5%
EXPORTAÇÕES	QUANTIDADE	0,5%	12,0%
JAN-NOV/18 ¹	VALOR (US\$)	4,0%	12,8%

DESTAQUES

- O desempenho do setor de máquinas e equipamentos destacou-se entre os demais da indústria de transformação nacional e mineira em 2018. Houve crescimento da produção, da geração de empregos e das exportações do segmento. Esse resultado pode ser atribuído, em grande parte, à paulatina recuperação da demanda doméstica, com ênfase para os setores agrícola e de óleo e gás, assim como ao crescimento da economia mundial, sobretudo dos Estados Unidos, um dos seus principais destinos das exportações, juntamente com a Argentina.
- De janeiro a outubro de 2018, a produção industrial de máquinas e equipamentos avançou 4,5% no Brasil e 23,5% em Minas Gerais em relação do mesmo período do ano anterior, dado o aumento da produção de máquinas para 'extração e construção', para a 'agricultura e pecuária' e para a atividade de 'transportes'. O setor acumula saldo positivo de empregos (contratações menos demissões) de 9.196 postos de trabalho no Brasil e de 879 postos em Minas Gerais. No mesmo período de 2017, houve redução de 3.731 postos de trabalho no Brasil e a geração de apenas 74 postos em Minas Gerais.
- No primeiro semestre do ano, as exportações e importações do setor cresceram consistentemente, apesar da queda ocorrida em maio, devido à greve dos caminhoneiros. Contudo, a crise econômica da Argentina, somada a um cenário externo mais adverso, interrompeu o ímpeto de crescimento das exportações de máquinas e equipamentos no segundo semestre. No acumulado do ano até o mês de novembro, as vendas externas cresceram 0.5% no Brasil e 12.0% em Minas Gerais. No estado, as exportações concentraram-se em máquinas e equipamentos de 'uso na extração mineral e na construção' e de 'motores, bombas, compressores e equipamentos de transmissão' para os mercados argentino e americano.

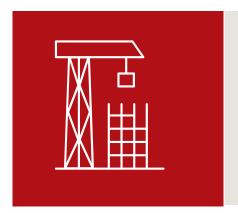
- A manutenção de taxas de juros mais baixas e da inflação sob controle, a melhora das condições de crédito e o processo em curso de desalavancagem de grandes companhias destacamse como prováveis propulsores aos investimentos no curto prazo. A elevada competitividade do setor agrícola brasileiro também tende a impulsionar os investimentos nesse segmento.
- A manutenção da recuperação dos níveis de confiança de empresários e consumidores observada após o resultado das eleições é outro fator fundamental para a retomada dos investimentos, embora ainda haja um elevado nível de ociosidade na indústria.
- Por outro lado, a crise argentina e as incertezas quanto à evolução da agenda de reformas são riscos que podem limitar o crescimento do setor de máquinas e equipamentos.
- No balanço desses fatores, as perspectivas são de crescimento de 5.3% da produção brasileira de máquinas e equipamentos em 2018 e de 6.2% em 2019.











CONSTRUÇÃO CIVIL

		BRASIL	MINAS GERAIS
ÍNDICE DE CONFIANÇA DA CONSTRUÇÃO NOV/181		60,7	59,4
INSUMOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (ICC) JAN-OUT/18 ²		1,8%	
CUSTO DA CONSTRUÇÃO/M² (INCC-SINAPI)	VARIAÇÃO	4,2%	4,2%
JAN-NOV/18 ²	VALOR ³	R\$ 1.111,41	R\$ 1.041,49

DESTAQUES

- Em 2018, a indústria da construção foi prejudicada pelas incertezas políticas e econômicas, pelo quadro fiscal debilitado e pelas dificuldades de promover reformas em ano eleitoral. O setor deve registrar queda da atividade pelo quinto ano consecutivo, com recuo estimado em 2.5%.
- A produção nacional de insumos da construção civil (ICC) permanece em nível deprimido, acumulando, de janeiro a outubro, elevação de apenas 1,8%.
- O mercado de trabalho formal do setor mostra pequena recuperação. ainda que longe de repor as perdas acumuladas nos últimos anos. De janeiro a outubro, segundo dados do CAGED, houve a geração de 29.678 vagas no estado - puxada pelo segmento de construção de edifícios – e de 80.743 postos de trabalho no país.
- Os custos da construção por metro quadrado cresceram em Minas Gerais (4,2%) e no Brasil (4,2%), de janeiro a novembro, pressionados especialmente pelos aumentos nos custos com materiais: de 5,3% no estado e de 5,8% no país. Os resultados foram decorrentes da depreciação do câmbio, que encareceu os materiais importados, e da alta no preco da energia.
- De janeiro a setembro, houve aumento de 6,6% das vendas de imóveis e recuo de 18,4% dos distratos (desistência da compra ou venda do imóvel na planta), o que contribuiu para a redução dos estoques de imóveis.

- A perspectiva é de retomada gradual da atividade do setor em 2019. Passado o período eleitoral e consolidado o ambiente macroeconômico favorável - com inflação controlada, taxas de juros historicamente baixas e crescimento real da renda das famílias -, são esperados avanços do ICC (4,3%*) e do PIB da construção (3,2%*). O resultado deverá ser alavancado pelo aumento da confiança dos empresários do segmento verificado após as eleições. Em novembro, os índices de confiança da construção (FIEMG/CNI) alcançaram o major nível em seis anos e mejo.
- O mercado imobiliário tende a iniciar uma trajetória de recuperação mais ampla, reflexo do expressivo ajuste nos estoques de imóveis, da retomada gradual do mercado de trabalho e da maior oferta de crédito, uma vez que as principais limitações ao financiamento imobiliário impostas pela Caixa Econômica Federal em 2017 foram revertidas ao longo de 2018.
- No intuito de alavancar o setor, o Conselho Monetário Nacional aprovou algumas mudanças previstas para entrar em vigor em janeiro de 2019, com potencial para permitir que uma fatia maior de imóveis seja adquirida com o FGTS, e que contemplam maiores incentivos na concessão de financiamentos para imóveis até R\$ 500 mil. Uma dessas medidas, que eleva para R\$ 1,5 milhão o teto de financiamento de imóveis pelo Sistema Financeiro de Habitação, foi antecipada e está em vigor desde o final de outubro.
- Com relação à infraestrutura, o novo governo tem dado sinalizações positivas no sentido de destravar os investimentos por meio de concessões, privatizações e PPPs. Contudo, uma recuperação mais robusta no curto prazo será limitada pelas restrições fiscais da administração pública.





INDÚSTRIA EXTRATIVA

			BRASIL	MINAS GERAIS
	PRC	DUÇÃO FÍSICA	0.60/	2 50/
		JAN-OUT/18 ¹	0,6%	-3,5%
EXPOR	TAÇÕES	VOLUME	2,2%	-17,9%
JAN	-NOV/18 ¹	VALOR (US\$)	22,6%	-17,5%

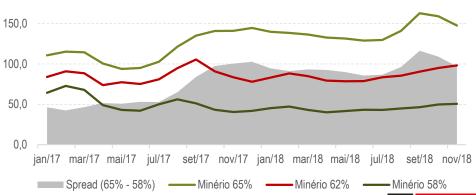
DESTAQUES

- Nos três primeiros trimestres de 2018, a produção brasileira de minério de ferro registrou expansão de 3,8%, explicada principalmente pela maturação dos investimentos no Pará, onde houve crescimento de 14,9% na comparação anual, enquanto a produção dos sistemas Sul e Sudeste reduziu 5,3%.
- O preço internacional do minério de ferro caiu 13,3% entre janeiro e julho de 2018, devido ao aumento da oferta no Pará e à queda da demanda chinesa, responsável por dois terços das compras internacionais.
- No segundo semestre, no entanto, anúncios de medidas econômicas do governo chinês impulsionaram os preços da commodity (+8,3% entre julho e início de dezembro). Entre elas, a política fiscal expansionista no país aumentou as expectativas de avanço da atividade industrial (consumidora do minério) e as medidas de combate à poluição beneficiaram as cotações do produto brasileiro de maior pureza.
- Apesar da queda na produção (-5,6%) e da menor participação na produção nacional (-4,8 p.p.) entre 2017 e 2018, a indústria extrativa mineira se beneficiou da expansão da produção do Pará e da demanda por produto premium pelas siderúrgicas chinesas. O Blend, produto que mistura os minérios das duas localidades e responsável por 35,0% das vendas da Vale, permite ao minério de Minas Gerais ser mais lucrativo, justificando a exploração local.

PERSPECTIVAS

- Para 2019, a produção de minério deve voltar a crescer no país, com a perspectiva de retomada das operações da mina Minas-Rio e de continuidade de expansão no sistema Norte.
- Paralelamente, os preços do minério de ferro devem registrar queda após o fim das operações de armazenamento das siderúrgicas chinesas que antecedem a imposição de medidas de controle de poluição no país. A desaceleração contínua da economia chinesa e a piora dos investimentos nos setores consumidores de aço (imobiliário e automotivo) devem pressionar para baixo as cotações, que devem ficar em torno de US\$ 63,0 por tonelada em 2019.

PREÇO DO MINÉRIO DE FERRO E SPREAD (US\$/Ton.)











METALURGIA

		BRASIL	MINAS GERAIS
PRO	DDUÇÃO FÍSICA JAN-OUT/18 ¹	5,2%	5,1%
EXPORTAÇÕES	VOLUME (Kg)	-13,2%	-26,1%
JAN-NOV/18 ¹	VALOR (US\$)	7,9%	2,1%

DESTAQUES

- Entre os setores industrias, o segmento de metalurgia foi um dos que mais cresceram no Brasil em 2018, com avanço de 5,2% até outubro. O resultado foi influenciado pela expansão da produção de setores demandantes de aço, como o automotivo (16,8%) e o de máquinas e equipamentos (4,6%).
- Em Minas Gerais, a produção do setor registrou desempenho similar ao nacional ao crescer 5.1% até outubro, influenciada também, pelos setores automotivo, de máquinas e equipamentos e, adicionalmente, pela indústria extrativa.
- De acordo com o Instituto Aço Brasil, no acumulado do ano até outubro, a produção de aço bruto cresceu 2,6%. O consumo aparente de produtos siderúrgicos avançou 8,2%, devido à expansão de 9,6% do consumo de aços planos, utilizados pelo setor automotivo e de eletrodomésticos.
- Apesar do destaque frente a outros setores, a recuperação do setor siderúrgico nacional foi penalizada pela paralisação dos caminhoneiros em maio, pela imposição de cotas para exportação ao Estados Unidos e pelo crescimento econômico decepcionante no ano. De janeiro a novembro de 2018, o volume de exportações caiu 13,2% no Brasil e 26,1% em Minas Gerais, em relação ao mesmo período do ano passado.

- A produção física de metalurgia deve crescer 2,8% em 2019, favorecida pela reativação de plantas industriais no norte do país.
- O impulso à produção de eletrodomésticos oriundo do crescimento da renda, do menor desemprego, da expansão do crédito e da manutenção das taxas de juros em patamares baixos estimulará o consumo de aço em 2019.
- O setor automotivo, grande consumidor de aço, também deve contribuir positivamente para o consumo de produtos siderúrgicos. A demanda nacional por veículos tende a continuar aquecida, com crescimento de 7,7% das vendas. Por outro lado, a contração das vendas ao exterior, sobretudo para a Argentina (maior importador de veículos do Brasil), deve limitar a produção de veículos em 2019.
- Adicionalmente, a imposição pelos Estados Unidos de cotas para a exportação de produtos de aço brasileiro também deve influenciar negativamente as vendas externas de produtos siderúrgicos.



Anexo Especial

CUSTOS REGULATÓRIOS OCULTOS

- 1. Custos Regulatórios Trabalhistas Ocultos
- 2. Custos Regulatórios Tributários Ocultos
- 3. Custos Regulatórios Ambientais Ocultos

1. Custos Trabalhistas Ocultos







INTRODUÇÃO







Gastos de Pessoal e Encargos por Portes – Ind. Transformação – 2016

Porte	Receita Total (em R\$ milhão)	Pessoal ocupado	Produtividade * (em R\$ mil)	Gasto pessoal / Custos e despesas totais	Encargos / Salários
Indústria de transformação	3.081.748,6	7.549.407	137,3	14,1%	51,1%
De 1 a 4	38.921,8	301.410	59,3	23,8%	25,3%
De 5 a 29	165.546,5	1.566.928	48,5	27,5%	22,5%
De 30 a 49	79.938,2	507.834	59,3	21,7%	33,0%
De 50 a 99	141.256,1	649.580	74,5	18,6%	41,2%
De 100 a 249	272.611,3	796.707	104,7	15,4%	48,4%
De 250 a 499	257.380,6	609.283	133,5	14,7%	51,1%
Com 500 e					
mais	2.126.093,9	3.117.665	224,5	12,3%	60,8%

Fonte: PIA 2016 – * Produtividade – Valor da Transformação Industrial / População Ocupada

Empresas maiores e mais produtivas pagam até 140% a mais em encargos sobre os salários que as empresas menores.

A extensão e a complexidade da legislação e da jurisprudência trabalhista brasileira implicam:

- elevado custo de compliance;
- riscos de passivos trabalhistas;
- potencial de conflitos entre empregadores
 e empregados nos tribunais. Insegurança
 jurídica;
- desestímulo à eficiência das empresas.





Custo do Trabalho segundo Pastore

Tipos de encargo	% sobre o salário
Obrigações sociais	35,8
Previdência Social	20,0
FGTS	8,0
Salário-educação	2,5
Acidentes do trabalho (média)	2,0
Sesi	1,5
Senai	1,0
Sebrae	0,6
Incra	0,2
Tempo não trabalhado I	38,40
Repouso semanal	18,91
Férias	9,45
Feriados	4,36
Abono férias	3,64
Aviso prévio	1,49
Auxílio-enfermidade	0,55
Tempo não trabalhado II	13,48
13º salário	10,91
Despesa de recisão contratual	2,57
Reflexos dos itens anteriores	14,55
Incidência cumulativa do grupo A sobre o B	13,68
Incidência do FGTS sobre o 13º salário	0,87
Total geral	102,43

Antes da incorporação dos custos ocultos trabalhistas, o peso médio dos encargos sociais sobre o salário* por hora trabalhada recebido pelos trabalhadores brasileiros é de 102,43%, de acordo com Pastore.

*Salário: apenas aquilo que é recebido diretamente pelos empregados pelo trabalho efetivamente realizado e não é imposto pela legislação trabalhista. Dessa forma, o 13° salário, por exemplo, constitui-se como encargo social sobre o salário.

Fonte: Encargos Sociais: Implicações para o salário, emprego e competitividade_José Pastore





CASE

Indústria Têxtil

Salário bruto: R\$1.000,00

Vínculos empregatícios de 12 e 60 meses

CUSTOS OCULTOS

Benefícios

Negociações Coletivas

- Vale-alimentação
- Auxílio-creche
- Cesta básica

Obrigações Acessórias

- Licença-maternidade
- Quota de PCD
- Quota de aprendizes
- Obrigações de segurança

CUSTOS OCULTOS

Treinamentos

- Treinamentos de reposição
- Ginástica laboral
- Treinamentos diversos

Custos Gerenciais

- Administração de pessoal
- Manutenção de refeitório
- Festas e eventos motivacionais
- Custo do tempo não trabalhado





Incorporando os custos ocultos na indústria têxtil (salário R\$1.000,00)

- ❖ A contratação e a manutenção da mão de obra podem chegar a 2,83 vezes, quase o triplo do salário mensal do empregado registrado em carteira. O empregado custa entre R\$ 2.544,00 e **R\$ 2.832,00**.
- O custo de um contrato de trabalho de R\$1.000,00 sai de 102,43% do salário bruto para 191,2% do salário bruto.
- **Custos gerenciais** (as atividades de administração de pessoal e o tempo não trabalhado): + 44,6% do salário bruto.
- **❖ Treinamentos de reposição:** + 13,7% do salário bruto.
- **❖** Obrigações acessórias: + 12,1% do salário bruto (quotas de aprendizes: +4,4%; quotas de PCD: +2,0% do salário bruto).

Fonte: Custos do Trabalho no Brasil - FGV





Demonstração dos Custos do Trabalho Ampliados (ocultos) - Indústria Têxtil

	12 meses	60 meses
Recebimento	31,1%	23,9%
13° Salário	7,5%	7,5%
Adicional de férias	2,7%	2,7%
Férias indenizadas	8,8%	1,6%
Vale-transporte	12,1%	12,1%
Compensação do empregado	50,8%	67,2%
FGTS	8,8%	8,8%
INSS Empregador	8,9%	8,9%
Multa FGTS (40% sobre		
saldo)	3,4%	3,2%
Aviso prévio indenizado	7,5%	2,0%
Benefícios/Negociação		
Coletiva	22,2%	22,2%
Vale-alimentação	14,5%	14,5%
Auxílio-creche	1,7%	1,7%
Cesta básica	6,0%	6,0%
Demais custos	109,3%	93,8%
Impostos/Encargos		
trabalhistas	33,2%	31,3%
INSS Empregador	23,2%	21,9%
Multa FGTS (10% sobre		
saldo)	0,9%	0,8%
Salário-educação	2,9%	2,7%
SAT (2%)	2,3%	2,2%
INCRA (0,2%)	0,2%	0,2%
Sistema S (3,1%)	3,6%	3,4%
Fonte: Custos do Trabalho no Brasil - F	GV	

MENSURAÇÃO

	12 meses	60 meses
Obrigações acessórias	12,1%	12,1%
Licença-maternidade	2,3%	2,3%
Quota de PCD	2,0%	2,0%
Quota de aprendizes	4,4%	4,4%
Obrigações de segurança	3,4%	3,4%
Treinamentos	19,4%	7,9%
Treinamentos da		
reposição	13,7%	2,6%
Ginástica laboral	5,0%	4,6%
Treinamentos diversos	0,7%	0,7%
Custos gerenciais	44,6%	42,4%
Administração de pessoa	21,0%	21,0%
Manutenção de refeitório	0,3%	0,3%
Festas e eventos		
motivacionais	1,4%	1,4%
Custo do tempo não		
trabalhado	21,8%	19,6%

Total

Seguro-desemprego

RE

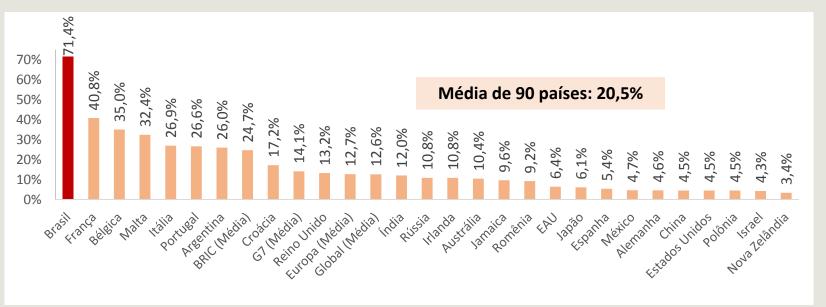






Custos Regulatórios Trabalhistas Ocultos

Comparação Internacional do Custo para Contratação de Empregado com Salário de US\$ 30 mil/ano (em % do salário bruto) - 2012



Com base somente nos encargos sociais (FGTS, Previdência) e nas obrigações legais (13º salário, férias, hora extra e adicional noturno), uma empresa brasileira pagava, na forma de encargos e direitos trabalhistas, 71,4% de um salário bruto anual, enquanto para a média mundial dos países pesquisados esse percentual era de 20,5%.

2. Custos Tributários Ocultos





CARGA TRIBUTÁRIA

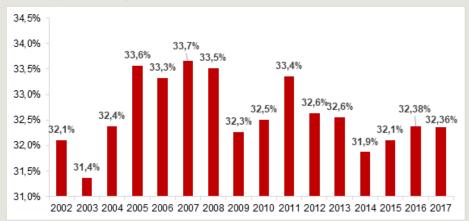
Carga Tributária - Pesado Fardo

A carga tributária brasileira é uma das mais altas do mundo e bastante superior à média na América Latina e Caribe.

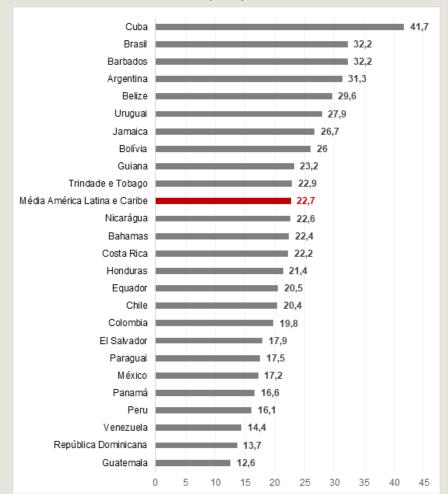
Estimativas sugerem que cada ponto percentual do PIB de redução da carga tributária elevaria a taxa de crescimento do PIB per capita em 0,45%, apenas com efeitos diretos.

Incorporando os efeitos indiretos, o impacto sobre a taxa de crescimento do PIB per capita chegaria a ser 75 vezes maior.

Evolução da Carga Tributária no Brasil – 2002 a 2017 (% do PIB)



Carga Tributária no Brasil e em Países da América Latina e Caribe (2016)







Concentrada em Produção e Consumo

A carga tributária brasileira possui concentração em tributos sobre a produção e o consumo é muito superior à média da OCDE.

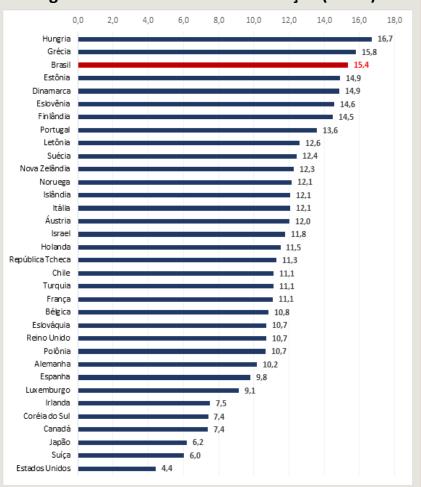
Evolução da Participação das Bases de Incidência na Arrecadação Total - 2007 a 2016

Tipo de Base	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Bens e Serviços	47,60%	49,52%	48,21%	49,62%	49,11%	49,61%	50,23%	50,00%	49,37%	47,39%	48,70%
Folha de Salários	24,55%	24,54%	26,61%	26,21%	25,85%	26,66%	25,99%	26,20%	26,11%	26,31%	27,01%
Renda	19,30%	20,45%	19,63%	18,22%	19,09%	17,93%	18,16%	18,07%	18,30%	19,97%	18,26%
Propriedade	3,54%	3,55%	3,89%	3,77%	3,73%	3,87%	3,90%	4,09%	4,44%	4,67%	4,45%
Trans. Financeiras	4,82%	2,03%	1,79%	2,10%	2,20%	1,96%	1,68%	1,62%	1,80%	1,66%	1,64%
Outros Tributos	0,18%	-0,09%	-0,12%	0,08%	0,03%	-0,03%	0,03%	0,01%	-0,02%	0,01%	-0,06%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

CARGA TRIBUTÁRIA

A concentração da carga tributária em impostos sobre a produção e o consumo no Brasil é extremamente prejudicial em decorrência da cumulatividade e da assimetria das alíquotas, desestimulando o investimento privado.

Carga Tributária sobre Bens e Serviços (% PIB)





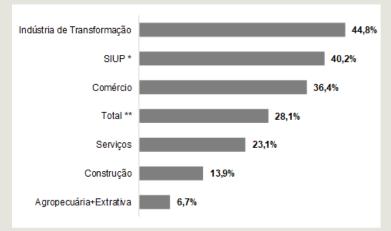


Indústria é o Setor mais Onerado

A participação de diversos impostos no total arrecadado da indústria de transformação supera a média dos demais setores, exceto para os impostos incidentes sobre a lucratividade empresarial (IRPJ e CSLL).

Isso significa que a carga tributária sobre a indústria de transformação é um dos principais impedimentos à lucratividade do setor.





Distribuição da Arrecadação por Setores Econômicos e Tributos - 2016

Imposto	Serviços	Indústria de	Comércio	SIUP	Construção	Agrope cuárla +	Total da
		Transformação				Indústria Extrativa	Economia
ICMS	12,1%	36,3%	43,3%	54,5%	0,9%	20,8%	27,9%
Contribuição Previdenciária	17,2%	12,8%	11,7%	6,9%	31,5%	21,2%	14,6%
PIS/Cofins	12,0%	19,1%	11,4%	21,2%	14,0%	8,3%	14,4%
Outras Receitas Administradas	8,6%	7,2%	11,6%	2,9%	13,2%	11,3%	8,7%
FGTS	8,9%	5,6%	6,6%	2,4%	16,1%	19,0%	7,5%
IRPJ	10,1%	4,0%	5,0%	6,9%	9,1%	8,2%	7,1%
IRRF	10,5%	0,5%	0,7%	1,2%	1,1%	1,1%	4,6%
ISS	8,6%	0,1%	0,5%	0,1%	9,0%	3,1%	3,9%
CSLL	5,8%	2,1%	2,7%	3,4%	4,8%	4,7%	3,9%
IPI	0,5%	7,8%	3,0%	0,1%	0,1%	0,8%	3,0%
OIF	5,5%	0,1%	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%	2,3%
Importação / Exportação	0,3%	4,3%	3,5%	0,3%	0,2%	1,4%	2,1%

Fonte: FIRJAN, com dados da RFB, CEF e IBGE

CARGA TRIBUTÁRIA

Estudo da FIRJAN aponta que, em 2016, quase a metade da produção da indústria de transformação foi destinada ao pagamento de impostos, o que é 16,7 p.p. superior à média dos demais setores econômicos no Brasil (28,1% do PIB).

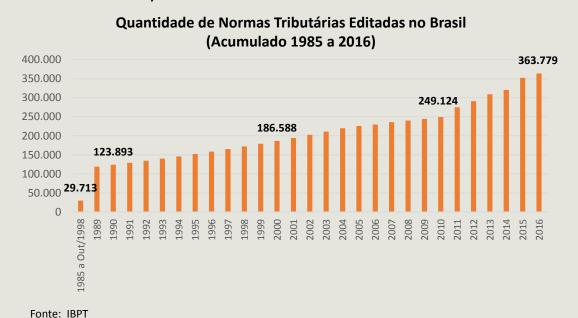




Complexidade Cresce Exponencialmente

A dinâmica de alterações nas normas tributárias brasileiras não somente impõe elevados custos de observância às empresas instaladas no país como também gera insegurança jurídica, na medida em que causa interpretações conflituosas nas diversas instâncias dos poderes públicos, o que, novamente, inibe a produção e o investimento no país. Para piorar, o ritmo de promulgação de novas normas tributários tem aumentado ao longo dos anos.

O cumprimento de tantas normas distintas evidencia a dificuldade de estabelecer operações industriais e comerciais espalhadas pelo território nacional. O IBPT destaca que são necessários mais de 150 dias de trabalho para que se produza o equivalente à carga tributária no país (153 dias em 2017).



CARGA TRIBUTÁRIA

Quantidade de Normas Tributárias Editadas no Brasil por Unidades da Federação (Acumulado 1985 a 2016)

	Total	Por dia útil	
Federal	31.556		
Estadual	117.282	11	
Municipal	228.728	18	
Total	377.566	32	



Custos de Conformidade e Arrecadação

Bertolucci e Nascimento (2002) estimam custos de conformidade (recursos necessários ao cumprimento das determinações legais tributárias pelos contribuintes) entre 0,32% e 1,66% da receita bruta das companhias abertas.

Bertolucci e Nascimento (2006) também estimam os custos de arrecadação de impostos em **1,35% da arrecadação tributária, o que equivaleria a 0,36% do PIB**, em valores da época.

Portanto, os **custos de conformidade e de arrecadação** somados equivalem, numa estimativa bastante conservadora, a algo em torno de **1,0% do PIB**.

Custos de conformidade configuram-se como "custos tributários ocultos" arcados pelas empresas brasileiras.





Doing Business – Paying Taxes (2018)

O Doing Business avalia o montante de impostos pagos, sua comparação com o "lucro" comercial" da empresa e o tempo gasto para que as empresas cumpram com suas obrigações tributárias e trabalhistas por meio de um estudo de caso.

O "lucro comercial" corresponde à diferença entre receitas e despesas, excluindo-se todas as obrigações tributárias e trabalhistas. O objetivo do conceito de "lucro comercial" é permitir a comparação entre o montante de obrigações tributárias e trabalhistas e o lucro que seria auferido desconsiderando tais obrigações.

Atualmente, o Brasil encontra-se na 184º posição do ranking (entre 190 países) de pagamento de tributos, resultado que é influenciado substancialmente pelo elevado tempo gasto para o cumprimento de obrigações tributárias e trabalhistas no país.





Doing Business - Paying Taxes (2018)

PRINCIPAIS RESULTADOS DO ESTUDO DE CASO

- I. No quesito "Parcela do lucro comercial alocada ao pagamento de obrigações tributárias e contribuições trabalhistas", o Brasil foi ranqueado na 179º posição, com impostos consumindo 68% do lucro da empresa no estudo de caso.
 - A média para países da América Latina e Caribe é de 46,6%. A média para países da OCDE é de 40,1%. E 32 países apresentam a menor taxa, que é de 18,47%.
- II. No quesito "Tempo gasto no cumprimento de obrigações tributárias e trabalhistas", o Brasil situa-se na última posição do ranking em 2018 (e nos anos anteriores), sendo necessárias 1.958 horas para que a empresa do estudo de caso cumpra com suas obrigações tributárias e trabalhistas (desconsiderando o tempo alocado a eventuais auditorias e à correção de erros apontados em tais auditorias).
 - A média para países da América Latina e Caribe é de 332 horas. Em países da OCDE, a média foi de 161 horas. O melhor resultado foi registrado na Estônia, com 50 horas.





Doing Business - Paying Taxes (2018)

EXTRAPOLAÇÃO DOS RESULTADOS

A diferença de resultados no quesito "Parcela do "lucro comercial" alocado ao pagamento de obrigações tributárias e contribuições trabalhistas" é substancial.

- Se a empresa brasileira do estudo de caso fosse capaz de atingir a média para América Latina e
 Caribe, ela aumentaria sua disponibilidade de recursos internos para o financiamento de
 investimentos em 67%. Esse é um resultado muito expressivo.
- Com base em dados de Contas Nacionais de 2015, se esse resultado fosse extrapolado para todas as empresas não financeiras brasileiras, isso significaria um aumento da disponibilidade de recursos internos às empresas para financiamento de investimentos da ordem de 5,9% do PIB.
- Da mesma forma, se a empresa brasileira do estudo de caso fosse capaz de atingir a média para países da OCDE, o aumento na disponibilidade de recursos internos para o financiamento de investimentos seria de 87%. Novamente, se esse resultado fosse extrapolado para todas as empresas não financeiras brasileiras, isso significaria um aumento da disponibilidade de recursos internos às empresas para financiamento de investimentos da ordem de 7,7% do PIB.



Doing Business - Paying Taxes (2018)

Ressalva: a empresa do estudo de caso não é representativa da indústria brasileira. É uma empresa com apenas dois anos de operação, que não exporta nem importa e que aufere "lucro comercial" e contábil no segundo ano de sua existência (2016). O "lucro comercial" supera o pagamento de tributos em 47%.

- Na indústria brasileira, pagamentos de tributo e obrigações trabalhistas corresponderam a 2,5 vezes o "lucro comercial", mesmo desconsiderando o IRPJ.
- Apenas cinco setores industriais (CNAE 2 dígitos) registraram "lucro comercial" superior ao pagamento de impostos em 2016 por margem inferior a 5%, e 4 dos 29 setores industriais tiveram "prejuízo comercial".
- Na mediana dos setores, o pagamento de tributos e contribuições trabalhistas foi 30% superior ao "lucro comercial", resultado que corresponde ao observado nos setores de fabricação de produtos têxteis e de fabricação de produtos de madeira.
- O próprio setor da empresa do estudo de caso (fabricação de produtos cerâmicos) registrou pagamentos de tributo e contribuições trabalhistas 40% superior ao "lucro comercial".

CONCLUSÕES:

- 1. As estimativas do impacto de redução da carga tributária sobre a disponibilização de recursos para investimento são extremamente conservadoras.
- 2. A tributação excessiva é um dos principais limitadores da lucratividade industrial.



Doing Business – Paying Taxes (2018)

EXTRAPOLAÇÃO DOS RESULTADOS

A empresa do estudo de caso conta com 60 colaboradores (4 gerentes, 8 assistentes e 48 trabalhadores), sendo o proprietário seu principal gerente. Suponha que todos os gerentes e assistentes estejam alocados em atividades administrativas (20% da equipe ou 8,5% do tempo de trabalho na empresa).

- A redução do tempo gasto com o cumprimento de obrigações tributárias e trabalhistas (1.958 horas) para a média da América Latina e Caribe (332 horas) equivaleria a uma disponibilização de, aproximadamente, 7,2% da equipe alocada em atividades administrativas para outras funções ou, simplesmente, uma economia das despesas de pessoal (que poderia ser revertida para o financiamento de investimento). Essa economia de recursos decorrente da redução do tempo gasto no cumprimento de obrigações tributárias e trabalhistas para o tempo médio na América Latina e Caribe seria equivalente a 0,33% da receita bruta da indústria e permitiria o financiamento de investimentos da ordem de, pelo menos, 0,17% do PIB.
- Caso o tempo gasto com o cumprimento de obrigações tributárias fosse reduzido para a média da OCDE (161 horas), a economia resultante equivaleria a 0,39% da receita bruta da indústria e permitiria o financiamento de investimentos equivalentes a 0,20% do PIB.





CUSTOS OCULTOS

Doing Business - Paying Taxes (2018)

Ressalva:

Os dados da PIA/2016 mostram que as indústrias brasileiras com mais de 30 trabalhadores alocam algo em torno de 30% da força de trabalho a atividades não ligadas à produção industrial, tais como tarefas administrativas. Considerando que o tempo gasto para o cumprimento de obrigações tributárias e trabalhistas cresce com o tamanho da empresa e com a complexidade de suas operações, bem como com a decisão de acessar mercados internacionais, podemos concluir, novamente, que as estimativas acima são bastante conservadoras.

CONCLUSÃO:

 As estimativas do impacto de redução do tempo gasto com o cumprimento de obrigações tributárias e trabalhistas também são conservadoras.

3. Custos Ambientais Ocultos





Licenciamento Ambiental

- ❖ Elaboração do EIA/RIMA e formalização da Licença Prévia cerca de 1 ano.
- ❖ Análise do EIA/RIMA e aprovação da Licença Prévia 1 ano.
- ❖ Cumprimento das condicionantes da Licença Prévia pelo empreendedor e formalização da Licença de Instalação cerca de 6 meses.
- ❖ Análise e aprovação da Licença de Instalação 6 meses.
- ❖ Instalação do empreendimento, cumprimento das condicionantes da Licença de Instalação e formalização da Licença de Operação cerca de 2 anos.
- ❖ Análise e aprovação da Licença de Operação 6 meses.
- ❖ Portanto, caso o órgão ambiental cumpra todos os prazos, entre o início da elaboração do EIA/RIMA e a obtenção da Licença de Operação, temos cerca de 6 anos.

Processo de Licenciamento de Mina no Mundo				
País Tempo				
Brasil	5 a 7 anos			
Austrália	1,5 ano			
Canadá	1 ano			
EUA	3 a 4 anos			

Fonte: ABPM

TEMPO MÉDIO







Estudo de Caso

- Tem relação aos custos ambientais, o principal custo oculto diz respeito à ineficiência em torno do processo de licenciamento ambiental.
- Em virtude das especificidades do tema, realizamos um estudo de caso, a fim de mostrar o substancial impacto no faturamento de uma empresa por conta da demora na liberação do licenciamento ambiental.
- Uma usina de Minas Gerais entrou com o pedido de licenciamento ambiental em agosto de **2008** e seu processo só foi aprovado em **junho de 2018**, ou seja, **dez anos** depois.
- O licenciamento requisitava o aumento da produção de 20.400 para 33.000 toneladas de cana-de-açúcar por dia. Um aumento de 62% na capacidade produtiva.





Estudo de Caso

- Com base no faturamento médio anual por tonelada de cana-de-açúcar, o Sindicato da Indústria de Fabricação do Álcool do Estado de Minas Gerais (Siamig) calculou o faturamento não realizado pela usina de Minas Gerais, considerando o quanto a empresa faturaria a mais se ela tivesse sua licença aprovada desde 2009.
- Com o aumento de capacidade, a usina teria condições de realizar a moagem de quase
 3 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por ano.
- No estudo, não consideramos o tempo que a usina levaria para obter esse acréscimo de cana no mercado (ou realizando o plantio por conta própria).
- Também consideramos que a empresa faria os investimentos para o aumento da capacidade em um ano, possivelmente no período de análise da licença, entre os anos de 2008 e 2009.

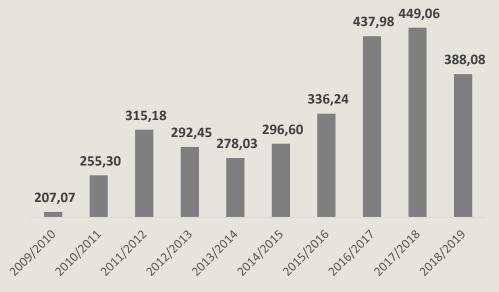




Estudo de Caso

- A empresa deixou de faturar R\$ 3,2 bilhões (acumulado) no período de 10 anos.
- Considerando o tempo médio para a obtenção da licença no Brasil de 6 anos, a empresa começaria a produzir em 2015 e teria seu prejuízo reduzido à metade (R\$ 1,6 bilhão).
- Em 2016, a receita operacional líquida da usina foi de R\$ 1,5 bilhão. O faturamento não realizado da safra 16/17 representa quase 30% desse montante.

Faturamento anual não realizado – Usina de MG (em R\$ milhões)



Fonte: Siamig

❖ O estado também deixou de arrecadar. Considerando apenas o ICMS, a uma alíquota entre 7% e 18%, segundo o Siamig, por conta desse aumento de capacidade, Minas Gerais deixou de arrecadar cerca de R\$ 168 milhões no acumulado entre 2009 e 2018.

ALANÇO ANUAL 2018 E PERSPECTIVAS

FICHA TÉCNICA

REALIZAÇÃO

Sistema FIEMG – Federação das Indústrias de Minas Gerais

PRESIDENTE

Flávio Roscoe Nogueira

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Gerência de Estudos Econômicos

